
Alegrete RJ
Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Alegrete RJ Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alegrete RJ Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alegrete RJ Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Alegrete RJ Participações S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

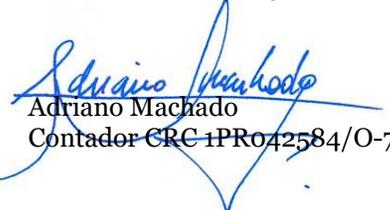


Alegrete RJ Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 30 de abril de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Alegrete RJ Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2019	31/12/2018	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		16.832	18.044	Circulante		29.442	15.276
Caixa e equivalentes de caixa	3	10	21	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	4.191	1.956
Contas a receber	4	7.573	4.135	Fornecedores	12	15.961	6.322
Ativo financeiro	5	8.030	7.325	Passivo de arrendamentos	11.3	85	-
Créditos tributários	6	126	2.142	Obrigações trabalhistas a pagar		219	177
Ativos destinados à aplicação nas concessões		319	378	Encargos sociais a pagar		482	171
Adiantamentos	7	760	1.161	Encargos tributários a pagar	14	6.713	5.882
Partes relacionadas	8	-	2.873	Impostos e contribuições parcelados	15	1.760	738
Outros créditos		14	9	Adiantamentos de clientes		31	30
Não circulante		21.154	4.185	Não circulante		11.921	7.936
Ativo financeiro	5	18.526	3.652	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.983	3.385
Créditos tributários	6	2.142	-	Impostos e contribuições diferidos	16	5.321	2.430
Imobilizado	9	287	366	Impostos e contribuições parcelados	15	4.617	2.121
Intangível	10	117	167				
Direito de uso	11.1	82	-	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(3.377)	(983)
				Capital social	17	2.334	2.334
				Prejuízos acumulados		(5.711)	(3.317)
Total do ativo		37.986	22.229	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		37.986	22.229

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alegrete RJ Participações S.A.

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida dos serviços prestados	18	38.927	32.451
Custo dos serviços prestados	19	(35.404)	(30.519)
Lucro bruto		3.523	1.932
Receitas (despesas) operacionais		(2.646)	(3.027)
Despesas gerais e administrativas	20	(1.979)	(1.791)
Despesas comerciais	20	(923)	(877)
Outras receitas (despesas) operacionais		256	(359)
Resultado antes dos efeitos financeiros		877	(1.095)
Resultado financeiro		1.736	(204)
Despesas financeiras	21	(2.409)	(1.206)
Receitas financeiras	21	4.145	1.002
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e contribuição social		2.613	(1.299)
Imposto de renda e contribuição social		(5.007)	(3.893)
Corrente	22	(2.844)	(2.642)
Diferido	22	(2.163)	(1.251)
Prejuízo do exercício		(2.394)	(5.192)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alegrete RJ Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(2.394)	(5.192)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.394)</u>	<u>(5.192)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alegrete RJ Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Prejuízos Acumulados	Resultado do exercício	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de dividendos mínimos obrigatórios			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.334	313	292	1.270	-	-	4.209
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.317)	(5.192)	(8.509)
Absorção através reserva de retenção de lucros	-	(313)	(292)	(1.270)	-	5.192	3.317
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.334	-	-	-	(3.317)	-	(983)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.394)	(2.394)
Transferência do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.394)	2.394	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.334	-	-	-	(5.711)	-	(3.377)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.394)	(5.192)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais:		
Depreciação e amortização sobre imobilizado, intangível e direito de uso	239	153
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	5	-
Juros apropriados sobre debêntures	851	616
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	12	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	413	-
Juros e correções monetárias sobre ativos financeiros	4.142	995
Perdas de crédito de liquidação duvidosa	922	-
Tributos diferidos	2.891	2.430
(Aumento)/redução nos ativos:		
Contas a receber	(4.360)	(357)
Partes relacionadas	-	2.748
Ativo financeiro	(1.827)	3.839
Créditos tributários	(126)	(2.098)
Ativos destinados à aplicação nas concessões	59	140
Demais contas a receber	396	1.036
Aumento/(redução) nos passivos:		
Fornecedores	9.639	5.413
Passivo de arrendamentos	71	-
Obrigações trabalhistas a pagar	353	50
Obrigações tributárias a pagar	831	3.803
Impostos e contribuições parcelados	3.105	(497)
Outros	(173)	30
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	15.049	13.109
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(21)	(63)
Investimento no ativo financeiro	(17.894)	(12.466)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.915)	(12.529)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(18)	(665)
Partes relacionadas	2.873	-
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	2.855	(665)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(11)	(85)
Caixa e equivalente de caixa		
Início do exercício	21	106
Final do exercício	10	21
	(11)	(85)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alegrete RJ Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, a sua sede está localizada na rua Cleber Santos de Carvalho, 22, Lojas 201, 203, 205 e 207, Vilar dos Teles, CEP 25576-261, no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014, neste período a Companhia iniciou suas atividades.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui passivo circulante superior ao seu ativo circulante no montante de R\$ 12.610, a administração em conexão com seus fornecedores, está negociando os prazos para liquidação de seus passivos, uma vez que nas aquisições de mercadorias e prestação de serviços mencionam da dependência do recebimento da Prefeitura. Aliado a isso, os acionistas garantem o apoio financeiro necessário para que a Companhia possa honrar com suas obrigações vincendas a curto prazo.

1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 25 de março de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.3 Impairment

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

2.8 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para 8 de 28

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros, firmados com o poder concedente.

A Companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo.

(b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% Taxa depreciação ao ano
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Computadores e Periféricos	20
Máquinas e Equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela companhia no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissivos que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

- (a) Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.
- (b) Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.
- (c) Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.
- (d) Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cobrir os respectivos custos.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.19.1 Mudanças em políticas contábeis

2.18.1 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguinte nova norma foi emitida e já está em vigor para o exercício de 2019.

- CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 10 de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia detinha no início de 2019, apenas o contrato de aluguel do imóvel onde está localizado o prédio comercial, com vencimento em 31 de dezembro de 2020. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, tendo como efeito, o registro do direito de uso e passivo de arrendamento no montante de R\$ 171. A Companhia adotou o modo de transição simplificado, com efeitos da adoção inicial apenas em 01/01/2019.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (CPC 32) quando houver incerteza entre tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia avaliou e adotou a interpretação dessa norma também pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da sociedade.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.20 Estimativas e premissas críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- (a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.
- (b) **Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 e IFRS 15. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.
- (c) **Contabilização da receita de serviços** - Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3	1
Aplicação liquidez imediata (a)	7	20
	<u>10</u>	<u>21</u>

- (a) O Valor do saldo apresentado como caixa, tem seu saldo 99% aplicado em uma aplicação automática da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Este montante pode ser utilizado a qualquer momento pela Companhia, por isso está classificado como caixa e equivalente.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Contas a receber

(a) Composição

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber faturado	8.065	3.780
Contas a receber a faturar (*)	1.234	1.159
Provisão para perdas créditos liquidação duvidosa	(1.726)	(804)
	<u>7.573</u>	<u>4.135</u>

(*) O “contas a receber a faturar” corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência.

(b) Composição das contas a receber por vencimento:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber - faturado		
A vencer	1.191	-
Vencidos até 30 dias	1.191	1.049
Vencidos de 31 até 60 dias	1.159	1.907
Vencidos de 61 até 180 dias	2.798	-
Vencidos há mais de 181 dias	1.726	824
(-) Provisão perdas créditos liquidação duvidosa	(1.726)	(804)
	<u>6.339</u>	<u>2.976</u>
Contas a receber - a faturar		
A vencer	1.234	1.159
	<u>1.234</u>	<u>1.159</u>
	<u>7.573</u>	<u>4.135</u>

(c) Movimentação da PCLD:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(804)</u>
Reversão de perdas de créditos de liquidação duvidosa	804
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.726)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.726)</u>

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Ativo financeiro

(a) Movimentação do ativo financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	10.977	3.345
Adições (receita de construção)	17.894	12.466
Juros e atualização financeira	4.142	994
Recebimento através da CIP (*)	<u>(6.457)</u>	<u>(5.828)</u>
Saldo final	<u>26.556</u>	<u>10.977</u>
TRAF (**)	19% a.a.	19% a.a.
Circulante	8.030	7.325
Não Circulante	<u>18.526</u>	<u>3.652</u>
	<u>26.556</u>	<u>10.977</u>

(*) Contribuição de iluminação pública.

(**) Taxa de retorno do ativo financeiro.

(b) Serviços de construção

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de construção	17.894	12.466
Custos de construção	<u>(17.894)</u>	<u>(12.466)</u>

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Créditos tributários

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
COFINS	-	301
PIS	-	65
IRRF a recuperar sobre serviços	126	-
Imposto de renda	-	1.285
Contribuição social	-	491
	126	2.142
Não circulante		
COFINS	301	-
PIS	65	-
Imposto de renda	1.285	-
Contribuição social	491	-
	2.142	-
	2.268	2.142

7 Adiantamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a funcionários	5	2
Adiantamento a fornecedores	755	1.159
	760	1.161

8 Partes Relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Urbeluz Energética S.A.	-	2.741
Créditos - Acordos Comerciais - Alegrete (a)	-	132
	-	2.873

(a) Com o advento do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária em 2017, a controladora alienou junto a controlada, créditos tributários para compensação dos débitos tributários na adesão ao programa. Estes valores foram liquidados durante o exercício de 2019.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Imobilizado

(a) Composição

	31/12/2019			31/12/2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Computadores	78	(38)	40	57	
Veículos	366	(271)	95	168	
Benfeitorias em imóveis	143	(63)	80	90	
Móveis e utensílios	15	(5)	10	10	
Consórcio de veículos	62	-	62	41	
	664	(377)	287	366	

Segundo a Administração não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

(b) Síntese da movimentação do imobilizado.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação do exercício	Saldo em 31/12/2019
Computadores	57	-	(17)	40
Veículos	168	-	(73)	95
Benfeitorias em imóveis	90	-	(10)	80
Móveis e utensílios	10	-	-	10
Consórcio de veículos	41	21	-	62
	366	21	(100)	287

10 Intangível

(a) Composição

	31/12/2019			31/12/2018	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Software e redes	250	(133)	117	167	
	250	(133)	117	167	

(b) Síntese da movimentação do intangível.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Amortização do exercício	Saldo em 31/12/2019
Software e redes	167	-	(50)	117
	167	-	(50)	117

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração avaliou que não há indicadores de que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

11 Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos

11.1 Direito de uso

	31/12/2019			
	Taxa	Custo	Amortização acumulada	Intangível Líquido
	Amortização Média Anual			
Direito de uso - Outros arrendamentos	52,17%	171	(89)	82
		<u>171</u>	<u>(89)</u>	<u>82</u>

- (a) O valor do direito de uso refere-se ao aluguel do galpão onde a Companhia fica estabelecida. Este contrato tem prazo estabelecido para término em 30/11/2020.

11.2 Movimentação do direito de uso

	31/12/2019			
	Adoção Inicial em 01/01/2019	Adições	Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Outros arrendamentos	171	-	(89)	82
	<u>171</u>	<u>-</u>	<u>(89)</u>	<u>82</u>

11.3 Passivo de arrendamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	85	-
	<u>85</u>	<u>-</u>

11.4 Movimentação:

	Adoção Inicial 01/01/2019	Ajuste a Valor Presente	Pagamentos	Novos Contratos	Saldo em 31/12/2019
Outros arrendamentos	171	(15)	(71)	-	85
	<u>171</u>	<u>(15)</u>	<u>(71)</u>	<u>-</u>	<u>85</u>

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
AMC Construções Ltda (a)	10.868	-
FM Rodrigues e Cia Ltda	2.654	2.654
Light Serviços de Eletrecidade S.A	1.438	909
Outros fornecedores	949	563
Fornecedores a faturar (a)	52	2.196
	15.961	6.322

- (a) Refere-se a serviços prestados de manutenção e implementação no parque de iluminação pública do município de São João do Meriti, já reconhecidos no balanço através de medições em 2018. Durante o exercício de 2019 foram concretizados e faturados praticamente todos os serviços prestados.

A Companhia está em atraso com alguns fornecedores, em virtude do atraso no recebimento das contraprestações da Prefeitura de São João do Meriti, referente ao contrato de PPP.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa efetiva anual	Vencimento final	31/12/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Arrendamento mercantil	2,15%	dez/19	-	-	19	-
Debêntures - CDI	5,16%	mai/22	4.191	1.983	1.937	3.385
			4.191	1.983	1.956	3.385

Em 02 de junho de 2017, a Companhia emitiu 12.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1.000. As debêntures terão vencimento em 19 de maio de 2022, quando deverá ser integralmente paga pela emissora. A debênture fará jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação positiva do certificado de depósito interbancário (CDI) + 0,4233% ao mês (juros compostos mensalmente), incidentes sobre o valor total da debênture emitida e não amortizada, em periodicidade mensal, por dias corridos, com base em um ano. A debênture será amortizada em 48 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com o primeiro vencimento em 19/06/2018 e último vencimento em 19/05/2022.

(a) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Saldo Inicial em 31/12/2018	5.341
(-) Pagto Principal	(17)
(-) Pagto Juros	(1)
Provisão de Juros	851
Saldo Final em 31/12/2019	6.174

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo Inicial em 31/12/2017	5.390
(-) Pagto Principal	(466)
(-) Pagto Juros	(199)
Provisão de Juros	616
Saldo Final em 31/12/2018	5.341

(b) Composição por vencimento:

Ano de vencimento:	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	1.956
2020	4.191	1.676
2021	1.388	1.533
2022	595	176
	6.174	5.341

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, e cumpre integralmente seus *covenants* não financeiros em 31 de dezembro de 2019.

14 Encargos tributários a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
IRPJ a recolher	2.287	2.816
CSLL a recolher	963	1.241
PIS a recolher	308	294
COFINS a recolher	2.384	1.359
ISS retido na fonte	686	108
Retenções de impostos federais	85	64
	6.713	5.882

15 Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento COFINS	143	266	136	389
Parcelamento PIS	74	191	32	78
Parcelamentos ISS	71	65	28	-
Parcelamento IRPJ	957	2.670	360	1.116
Parcelamento CSLL	435	1.215	166	497
Parcelamento INSS	80	210	16	41
	1.760	4.617	738	2.121

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2019, em virtude do atraso do recebimento das contraprestações da Prefeitura de São João do Meriti, a Companhia parcelou tributos que estavam em atraso.

16 Impostos e contribuições diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
Não circulante		
Imposto de renda diferido	2.928	1.339
Contribuição social diferido	1.056	482
PIS diferido	238	109
COFINS diferido	1.099	500
Total	5.321	2.430

17 Patrimônio líquido

17.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.334 composto por 2.334.150 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Urbeluz Energética S.A.	2.334.150	100%	2.334.150	100%
	2.334.150	100%	2.334.150	100%

17.2 Reserva de lucros

(a) Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76, tal reserva é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente, limitada à 20% do capital social realizado. Neste exercício a Companhia não apresentou resultado positivo para constituição desta reserva. O saldo de R\$ 313 existente em 2017 foi absorvido pelo prejuízo do exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não mantinha saldo de reserva legal.

(b) Reserva de retenção de lucros

O saldo das reservas de retenção de lucros que era de R\$ 1.562 foi absorvido pelo prejuízo do exercício de 2018. Em virtude do prejuízo de deste exercício, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não mantinha saldo de reserva de retenção de lucros.

(c) Prejuízos acumulados

O saldo de prejuízos acumulados, após a absorção das reservas de retenção de lucros encerrou em (R\$ 3.317) no exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2019 a companhia obteve resultado negativo no exercício no valor de R\$ 2.394, encerrando com saldo de (R\$ 5.711) de prejuízos acumulados.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Receita líquida dos serviços prestados

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Venda de produtos	-	23
Receita com manutenção e gestão	24.254	22.774
Receita de construção	17.894	12.465
Impostos sobre as receitas	(3.221)	(2.811)
	<u>38.927</u>	<u>32.451</u>

19 Custos sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo com material aplicado	(574)	(688)
Custo de construção	(17.894)	(12.465)
Custo com pessoal	(1.564)	(1.648)
Custo com terceiros	(448)	(379)
Custo com energia	(14.627)	(14.336)
Demais custos com veículos	(197)	(650)
Depreciação e amortização	(99)	(153)
Outros custos	(1)	(200)
	<u>(35.404)</u>	<u>(30.519)</u>

20 Despesas gerais, administrativas e comerciais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com honorários consultorias	(927)	(1.101)
Despesas com pessoal	(318)	(357)
Despesas com manutenção de sistema	(313)	(103)
Depreciação e amortização	(140)	-
Outras despesas administrativas	(281)	(230)
	<u>(1.979)</u>	<u>(1.791)</u>
Despesas comerciais		
Perdas de créditos de liquidação duvidosa	(922)	(804)
Outras despesas comerciais	(1)	(73)
	<u>(923)</u>	<u>(877)</u>

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Resultado Financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3	7
Juros e atualização monetária sobre ativo financeiro	4.142	994
Outras receitas	-	1
	<u>4.145</u>	<u>1.002</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5)	(6)
Juros sobre pagamento de fornecedores	(45)	(173)
Juros sobre debêntures	(851)	(641)
Juros sobre impostos parcelados	(413)	-
Juros sobre impostos	(1.072)	(313)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(12)	-
IOF	(2)	(5)
Outras despesas	(9)	(68)
	<u>(2.409)</u>	<u>(1.206)</u>

22 Provisão com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<i>Reconciliação da apuração do IRPJ e CSLL:</i>		
<i>Receitas de construção, OPEX e juros sobre ativo financeiro</i>	46.249	35.997
<i>Presunção 32%</i>	14.800	11.519
Imposto de renda e contribuição social diferido total	(5.007)	(3.893)
Reversão do imposto diferido pelo recebimento	2.844	2.642
Imposto de renda e contribuição social diferido (*)	(2.163)	(1.251)
<i>Receitas recebidas</i>	26.360	24.506
<i>Presunção 32%</i>	8.435	7.842
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.844)	(2.642)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>(5.007)</u>	<u>(3.893)</u>

(*) O imposto de renda e contribuição social é constituído sobre o ativo financeiro e se realiza durante o contrato de PPP.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Instrumentos financeiros

20.1 Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

20.2 Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	31/12/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	10	10	21	21
Contas a receber	Custo amortizado	7.573	7.573	4.135	4.135
Ativo financeiro	Custo amortizado	26.556	26.556	10.977	10.977
Adiantamento a Fornecedores	Custo amortizado	760	760	1.161	1.161
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	15.961	15.961	6.322	6.322
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	6.174	6.174	5.341	5.341
Passivos de arrendamentos	Custo amortizado	85	85	-	-

Os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos custos amortizados são atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações financeiras.

Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras e empréstimos referenciadas ao CDI, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado à cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial

21 Contingências

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda e demais obrigações acessórias entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2019, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Além disso, a Administração possui relações e transações com empresas de diretores estatutários relacionados a prestação de serviços, cuja avaliação de risco previdenciário e de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é passível de discussão no judiciário. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências sobre fatos e circunstâncias cuja estimativa não seja confiável e que exista probabilidade possível de que exista saída de recursos para quitação de contingências.

22 Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários receberam em 2019 o montante de R\$ 523 (R\$ 523 em 2018), a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

23 Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

Entretanto, os contratos de seguros vigentes que a Companhia possui em 2019 são exclusivamente para seu imobilizado, representado para veículos e máquinas e equipamentos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

ALEGRETE RJ PARTICIPACOES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Serviços segurados	Vigência	Cobertura
Responsabilidade civil	07/2019 a 08/2020	10.374
Responsabilidade civil do empregador	07/2019 a 08/2020	50
Total de cobertura		10.424

24 Eventos subsequentes

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19 para o exercício de 2019.

A Companhia prevê impacto reduzido do COVID-19 em seu contrato de PPP, pela característica do contrato, podendo afetar evolução de arrecadação, em especial com aumento de inadimplência caso haja agravamento da situação econômica e impactar na velocidade de investimentos.

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor

Isaac do Nascimento
Contador PR 043806/O-1

* * *